

ENTRE O TEMPO E O ESPAÇO: CIDADE E MEMÓRIA SOCIAL

ANTONIO FERNANDO CORDEIRO GUEDES JUNIOR*

Introdução

Na História tudo acontece em um determinado tempo e em um determinado espaço. Tudo que um historiador possa se debruçar, indubitavelmente cairá sobre estas duas categorias básicas. Entretanto, ao pensarmos o espaço, esta categoria tão utilizada pelos geógrafos, geralmente nos vem à mente apenas as características físicas, deixando de lado inúmeras possibilidades de abordagens. É por esta razão que historiadores vem dando cada vez mais atenção as multiplicidades espaciais em seus estudos, abrindo um leque à interdisciplinaridade que tem mudado os estudos históricos, dando-lhes novos fôlegos, novas abordagens e novos resultados.

A importância do debate vai muito mais além do significado de espaço no cotidiano dos homens, vai principalmente pela incipiente discussão sobre consciência espacial nos nossos estudos. Quando os historiadores se deram conta da necessidade de colocar, em um mesmo nível, as categorias de espaço e tempo, começaram a dialogar com conceitos da Geografia. Lucien Febvre, em *O Reno*, e Fernand Braudel, em *O espaço e a História no Mediterrâneo*, são grandes exemplos desta sensibilidade, articulando uma interdisciplinaridade que fizeram de suas obras referências para estudos posteriores. Estes autores se dedicaram a objetivar a relação entre o Homem e o Espaço, demonstrando perspectivas novas ao se problematizar estas relações, fazendo nascer uma Geo-história, uma nova lente de leitura para a História.

Ainda no século XX, os historiadores intensificaram sua interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento, alargando a noção de espaço dentro da historiografia, resultando em uma reflexão maior sobre a historicidade dos espaços e de suas formas distintas, sinalizando diferentes aportes teóricos e diferentes abordagens e metodologias com o uso de distintos tipos de fontes.

Hoje, autores tem se destacado em suas metodologias e abordagens. Podemos citar aqui a obra de Mike Davis, *Holocaustos Coloniais*, que tem como subtítulo: “clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo”. O que se deve levar em consideração nessa obra é a excelência com que o autor articula os três eixos: clima,

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

fome e imperialismo, ou seja, uma análise ambiental, socioeconômica e política. O autor empreende sua tese de que a ecologia política da fome pode ser percebida através de uma história ambiental somatizada a uma história econômica política marxista.

Precisamente a parte III da obra remete a seca sincrônica, tida como o mistério do século XIX. Dedicase a uma história ambiental, notadamente meteorológica, procurando identificar o El Niño e seu fenômeno oposto, La Niña. Mike Davis nos mostra as pesquisas em climatologia, seus avanços até a revelação das flutuações na temperatura dos oceanos e de como isto traz conseqüências diretas nos ciclos que se tentavam desenhar. O que se observa é que os intervalos parecem estar menores, muito provavelmente em função do aquecimento global provocado pelo homem, aumentando cada vez mais tais desequilíbrios climáticos e de temperatura oceânica.

A obra de Mike Davis abrange História, Climatologia e Teoria Social para nos dar exemplo das novas perspectivas que podem ser enlaçadas a partir das interdisciplinaridades que estamos a apontar.

Outra obra de referência exemplar é *A ferro e fogo*, de Warren Dean. Este livro trata sobre a história das relações entre o homem e um importante ecossistema do mundo, mas vai bem mais além disto, ao avaliar as várias fases (ou ciclos) da interferência humana sobre este espaço, apontando as trágicas e irreversíveis conseqüências deste processo.

Para este empreendimento, o autor não se utiliza apenas da História para compor sua obra, de maneira interdisciplinar dialoga com a geologia, a antropologia, a economia, a ecologia, a sociologia, a biologia entre outros ramos do saber, inclusive o saber popular. O autor vai nos apresentando vários sujeitos que, na história deste espaço, foram se relacionando com a mata atlântica.

Gilmar Arruda em *Cidades e Sertões* busca explicar a forma pela qual o Brasil é usualmente dividido, dicotomicamente, entre Cidades, espaço simbólicos do avanço, e Sertões, espaços identificados com o atraso, o arcaísmo social, político e econômico. Seu espaço é, portanto, o imaginário.

Cidades e sertões são termos que traduzem novas sensibilidades surgidas no processo acelerado de concentração populacional e de urbanização, por que algumas regiões passaram na primeira metade deste século. Mais propriamente, pode-se falar que se trata de “lugares de memória” do processo de urbanização vivenciado de diferentes formas por diversos contingentes populacionais. (ARRUDA: 2000, P.14)

A partir destas premissas interdisciplinares, iremos nos voltar para algumas reflexões sobre os espaços urbanos, notadamente o que se convencionou chamar de História urbana ou História das cidades.

Ao longo da década de 1990, a emergência de uma história cultural veio proporcionar uma nova abordagem ao fenômeno urbano. O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um locus privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais. (PESAVENTO: 2007, P.13)

Entender como se deu o processo de reconstrução das representações simbólicas sobre o espaço, que idéias ou ideologias motivaram os sujeitos envolvidos e quais memórias resultaram deste processo podem ser uma via para muitos trabalhos nesta perspectiva.

Os espaços urbanos e a interdisciplinaridade

Em sua realidade experienciada, os homens, de maneiras diferentes, estão permanentemente se apropriando do espaço sobre o qual vivem e estabelecem suas mais diversas atividades e relações sociais. A vida humana é, portanto, um eterno devir de territórios que se sobrepõem e se inter-relacionam aos desmandos das relações sociais, das práticas e representações.

Para Maurice Halbwachs, em *A Memória Coletiva*, essa apropriação do espaço acontece quando os pensamentos e as ações dos indivíduos se vinculam às imagens exteriores, ou seja, quando há a sedimentação dos hábitos dos indivíduos à materialidade que os cerca.

O espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção. “O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. O homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de ser espaço também está no espaço e produz espaço.¹

As cidades, aglomerações humanas por excelência, mais do que o conjunto de ruas, prédios, praças e monumentos, se definem como espaços de relações sociais e pessoais, e são estas que constroem sua imagem, sua identidade, seu valor afetivo e

¹ BARROS, José D'Assunção. *Espaço e Tempo: Territórios do Historiador*. Disponível em: http://www.arq.ufsc.br/urbanismo5/artigos/artigos_bja.pdf acessado em 23 de Dezembro de 2010.

efetivo. Há quem diga que a cidade, para além de sua materialidade física, são seus habitantes, seus comportamentos, suas culturas, suas hospitalidades, seus hábitos. “Estudar a cidade é uma tentativa de compreender um fenômeno complexo que, na maior parte das vezes, acaba escapando para o ideológico, o folclórico e o mito.” (GLEZER: 2007, P.25)

Assim, qualquer forma de apreensão desta complexidade em sua totalidade pode se mostrar problemática. Há de se levar em conta suas várias dimensões tais quais: sua forma, sua historicidade, sua cultura, seu imaginário. Por toda esta complexidade, especialistas das ciências sociais e humanas têm chegado a conclusão de que é necessário um debate interdisciplinar para dar conta dos estudos urbanos. Historiadores, geógrafos, arquitetos, urbanistas, sociólogos, antropólogos, economistas, psicólogos, e tantos outros, têm procurado, cada um a sua maneira, estreitar relações entre seus campos do conhecimento objetivando tornar os estudos urbanos mais completos.

José D’Assunção Barros, em *Cidade e História*, nos mostra como os homens tem habitualmente vislumbrado a cidade nos diversos campos do saber, tratando-a como organismos ou ambientes ecológicos, como uma grande máquina, como um texto a ser lido, como um sistema, etc.

Precisamos, portanto, nos situar em uma área interdisciplinar ao versar sobre o urbano, principalmente pela velocidade com a qual as práticas sociais se desenvolvem, pela mutabilidade dos elementos inseridos e pelo grande fluxo de informações, valores, bens materiais e simbólicos trocados. A pluralidade de subsídios aos quais os estudiosos se têm deparado os tem levado a uma dimensão cada vez mais complexa. Para abordar os fenômenos urbanos atuais é necessário um olhar atento a essas diferenças que só se torna viável por meio da reunião de diversos saberes: a interdisciplinaridade.

A cidade é resultado de seus atributos físicos, naturais, como a vegetação, o relevo, a hidrografia, o clima; mas de outros não naturais: seus prédios, suas ruas, suas praças, seus monumentos, seus símbolos. Há também a história e suas multiplicidades envolvidas, sua simbologia, seus sentimentos, sua cultura, sua memória. A memória é social, faz parte de sua cultura e marca a cidade. Entretanto é também particular, pois são determinados sentimentos e os valores singulares que vão sendo inscritos no espaço.

Os homens, em nosso entender, fizeram e fazem a cidade, produto material e imaterial das relações das relações sociais e econômicas complexas, mesmo que não saibam o que fizeram ou estão fazendo. São atores, agentes da ação social, mas nem sempre em condições de compreender a totalidade e

complexidade do fenômeno em que estão inseridos e atuando. (GLEZER: 2007, P. 14)

A cidade é o produto de muitos agentes que atuam no sentido de modificar o espaço dado. Não podemos observá-la apenas como um objeto percebido unilateralmente por sujeitos de diferentes classes, valores e sentimentos, mas como um objeto que, apesar de se apresentar estável, está sempre se modificando ou, ao menos, tentando se modificar através dos embates internos.

Observa-se hoje que a cidade e as relações sociais que nela são inseridas ganham um novo contexto analítico, influenciado pelo desenvolvimento de novas tecnologias e pelo aparecimento de novos hábitos e de novas sociabilidades. Hoje a sociedade passa por mudanças nos conceitos de família, de sexualidade, de comportamento, de trabalho, e de tantas outras coisas que acabam por nos induzirem a novas maneiras de ler a cidade.

Ao nos referirmos as maneiras de ler as cidades, estamos levando em consideração o vislumbre da cidade como texto, levando em consideração as contribuições dos estudos semióticos, ou seja, acreditamos que a cidade pode ser lida como um texto que registra as atitudes e as experiências de uma sociedade.

A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a. (BARTHES apud BARROS: 2007, P.40)

Para se chegar a possíveis caminhos de interpretação do urbano, devemos levar em consideração alguns autores que tratam a cidade como texto, elaborando maneiras de ler a cidade, pelos quais os processos de análise e interpretação, indubitavelmente, perpassam por outros campos disciplinares como a Sociologia, a Antropologia e a História.

A operacionalização desta leitura, entretanto, se dá de maneira bastante complexa. A relação entre a cidade e seus sujeitos pode ser feita sob diversas abordagens. Não podemos falar em cidade apenas levando em consideração sua parte física, como também não podemos fazê-lo apenas falando de seus sujeitos.

Na obra *Carne e Pedra*, Sennett pretende reescrever a história da cidade mediante a experiência corporal enfatizando a interação entre o corpo e a cidade. As dinâmicas dos espaços urbanos atuais, assim como as tecnologias e as modernidades

que lhe são intrínsecas, nos fazem refletir sobre as relações conscientes entre nossos próprios corpos. As contradições do corpo e as ambivalências suscitadas nos espaços urbanos corromperam as relações dos usos e das práticas espaciais.

Sennet procurou compreender em algumas cidades, em dados momentos específicos, temáticas relativas ao corpo e como estas foram expressas na arquitetura, no urbanismo e na vida cotidiana. Partindo das cidades antigas gregas, passando pelas pequenas cidades medievais, chegando às cidades em que o espaço se tornou apenas lugar de passagem, e às vezes até de risco, quando não obstáculo antidemocrático e passadouro veloz de um lugar a outro, estudou os fatos entendidos por ele como marcantes nas experiências corporais e nos espaços em que as pessoas viviam ou transitavam.

O conceito pedra refere-se ao componente material da cidade, a parte propriamente física, enquanto carne refere-se à vida social, política e imaginária dos sujeitos. *Carne e Pedra* é importante para reconstituir os espaços urbanos a partir de suas construções e de seus habitantes, abordando o espaço tanto por sua base material, quanto por seus sujeitos.

As construções nos contam uma parte importante das relações entre cidades e seus habitantes. A maneira de arranjar-las no espaço, os materiais e as técnicas empregadas nas suas obras e até mesmo os padrões arquitetônicos utilizados para lhes dar forma e cor são elementos que proporcionam a ativação da memória dos sujeitos que se relacionam com estes espaços.

Desde a antiguidade, as sociedades se utilizavam das construções e dos padrões arquitetônicos erigidos para a eternidade, com intuito de garantir a perpetuação da memória. Assim, as pedras são utilizadas pelas instituições humanas para promover o apego a certos objetos, onde até mesmo a maneira de arranjar-los espacialmente funciona como apoios da memória.

A compreensão de como esses componentes estão intrincados e de que forma são apresentados na atual forma da cidade nos permite perceber em como a cidade corresponde a uma subjetividade coletiva e de que forma seus sujeitos se relacionam com o espaço. Assim, o espaço urbano talvez possa ser concebido como a obra máxima do homem, obra sempre inacabada, presa ao reconstruir pelo pensamento e pela ação prática.

As representações sofrem, como seria de se esperar, constantes mudanças que revelam o próprio processo de transformação histórica da sociedade. Por trás de toda concepção espacial, arranjo e utilização da terra, mapeamentos e descrições de paisagem, valorização ou não de lugares, estão os valores culturais, o universo da cultura, da política e das ideologias. (ARRUDA: 2000, P.28)

Desta maneira é possível problematizar a História das cidades, notadamente as práticas e representações urbanas, que podem nos levar a uma história sensível das cidades.

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em lugar, ou seja, portador de um significado e de uma memória. (PESAVENTO: 2007, P.14-15)

A leitura através da memória

Muitos compreendem o espaço como um local onde se fazem coisas, onde se realizam rituais. A idéia e imagem que cada um de nós cria de um determinado espaço é construída pela forma como o vivemos, pela relação que estabelecemos com ele, pelas coisas que nele fazemos, como o fazemos e com quem fazemos. Geralmente, quando se estuda uma cidade, ou até mesmo quando se visita uma cidade, procuramos identificar o conhecido, pontos referenciais do passado, apoios e instrumentos para o processo de reconhecimento. Ou seja, o espaço é recriado na nossa memória pelos afetos, sensações e idéias.

É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma. (PESAVENTO: 2007, P.16)

É esta memória individual e coletiva que vai orientar toda a nossa relação com o espaço urbano. Devemos levar em consideração que se nós agimos sobre o lugar, ele também age sobre nós. A construção da memória é, portanto, algo que resulta desta ação recíproca.

Entendemos o espaço urbano como um registro não só de práticas sociais, mas de memórias coletivas, o que nos leva a considerar a cidade como um dispositivo de transmissão de informação, um estoque de conhecimentos e experiências que constitui a

própria cidade. Deste modo, é importante a análise da comunicação simbólica, que permite identificar as memórias que compõem ou costuram estas relações com o espaço. Assim podemos tomar a cidade como texto, por ser o espaço urbano um lugar de registros de memórias coletivas, enfatizando a cidade como espaço de produção e fixação de uma memória.

O conceito de memória é importante, pois permite analisar as representações produzidas como resultado de uma experiência concreta e de desejos existentes sobre um determinado espaço geográfico. (ARRUDA: 2000, P. 41)

O conjunto de coisas que nos rodeiam, assim como o espaço em que estão inseridos, funcionam como elementos ativadores deste processo no qual memória e identidade são (re)construídas e (re)afirmadas permanentemente.

De maneira que, as construções participam da formação da identidade dos indivíduos quando produzem o acionamento da memória, seja para garantir funções de orientação espacial, funções de orientação existencial ou atender interesses de carências de referências, reavivando lembranças de fatos pessoais e/ou provenientes da história coletiva que ocorreram naquele espaço, garantindo assim a sensação de pertencimento a uma cultura e um tempo histórico.

Há coisas que se destacam das demais por representarem uma experiência vivida e, por este motivo, são guardadas e incorporadas a vida dos sujeitos como representações através das quais a memória se utiliza como fato marcante.

O entendimento da cidade deve partir do princípio de que ela é um instrumento material de vida coletiva. Nela estão solidificados os conflitos e os consensos, pois os pensamentos, através das ações humanas, dão forma à cidade, se materializando nas construções e no modo de viver da sociedade. Desta maneira, visualizamos também a cidade enquanto história materializada.

Pensar em um espaço de memória é remeter a expressão *lugares de memória*, que foi criada pelo historiador francês Pierre Nora. Para ele, os *lugares de memória* “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (1993, P.21). São lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são lugares funcionais porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Isto nos permite ler as cidades não como

lugares específicos e determinados geograficamente, mas como aplicação de símbolos que, a depender dos sujeitos e dos períodos históricos, possuem significados diversos.

Hoje, as descrições da cidade exaltam o cosmopolitismo, a diversidade que a compõem em todos os seus aspectos e chegam mesmo a citar ufanisticamente o passado glorioso como uma espécie de explicação do presente. Mas o presente é criação e não herança recebida. (GLEZER: 2007, P.28)

Há de se compreender tais lugares como não espontâneos ou naturais, pelo contrário, os *lugares de memória* são uma construção histórica. A importância de seu estudo vem de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função simbólica.

A memória não se resume em um conjunto de lembranças sobre determinado fato ou espaço, mas constitui-se mesmo num processo de luta em torno do que deve ou será guardado. (ARRUDA: 2000, P.41)

Neste sentido, podemos inferir sobre relação orgânica que há entre memória, identidade e projeto², ou seja, a instituição premeditada de constituição de identidades e memórias é freqüente e demonstram as disputas que existem pelo controle das referências de orientação da coletividade.

Selecionar, de maneira intencional ou involuntária, entre o preservar e o demolir, entre o lembrar e o esquecer, faz da memória um objeto ideológico que pode garantir a preservação de símbolos, de necessidades ou aspirações de alguns grupos em relação ao seu espaço. Disso decorre que as memórias urbanas devam ser estudadas considerando as relações de força que detinham o poder no momento da sua produção e nos períodos de sua permanência na cidade, nunca esquecendo a historicidade das ações humanas que correspondem a uma visão de mundo.

A memória coletiva é, deste modo, um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva e um veículo de poder. Poder, por exemplo, de transmitir ou perenizar uma memória de si, ou de propor ou impor uma dada memória à coletividade; poder de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos. O ato da memória é um ato de poder e o campo da memória, o espaço onde atuam seus lugares, é um campo de conflitos. (GUARINELLO, 1995, p. 189)

É importante manter presente as possibilidades de ocorrer lutas em torno das memórias, lutas em torno da construção e da fixação de memórias sobre o espaço,

² Para mais ver Gilberto Velho. Memória, Identidade e Projeto. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.95, out-dez. 1988.

criando uma visão sobre ele. Para analisarmos um momento da produção destas memórias sociais sobre o espaço, precisamos pensar as cidades como espaço de memória.

As cidades são, portanto, espaços de memória que assumiram e assumem para as sociedades papel de locais de referência, depositários das lembranças do passado e dos desejos do próprio futuro.

Assim, acreditamos que entender as cidades como espaço de memórias podem nos trazer um rico campo de atuação por sua complexidade. Tudo isto exige abordagens interdisciplinares que certamente irão enriquecer os estudos dos espaços urbanos, propondo considerações novas e colaborações singulares para a historiografia do urbano.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRAUDEL, Fernand. *O espaço e a História no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988

DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GLEZER, Raquel. *Chão de terra e outros ensaios sobre São Paulo*. São Paulo: Alameda, 2007.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. *Revista Brasileira de História*, n. 28, p. 180-193, 1995.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 11-23, 2007.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.